Sumário

Número de notícias: 10 | Número de veículos: 7

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pix vai de crise a oportunidade para Lula em seis meses 2

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS vai reembolsar 1,1 mi de aposentados até quarta 4

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Gastos da Previdência avançam no PIB (Editorial) 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Plano contra tarifa busca mitigar efeito sobre atividade 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Retaliação "olho por olho" traria perda ao PIB 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Precisamos de um Observatório Nacional dos Supersalários 11

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Prejuízo bilionário à agricultura 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação de serviços é pressionada pela nova face da economia 14

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Eventos no semestre ajudam setor a crescer acima do PIB 16

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
ECONOMIA

XP Private capta R\$ 18 bi no primeiro semestre 18

Pix vai de crise a oportunidade para Lula em seis meses

CAIO SARTORI E RAFAELA GAMA

Gatilho para o início da queda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas de avaliação de governo, o Pix foi, em seis meses, de crise a oportunidade para o petista, na esteira da investigação comercial dos Estados Unidos sobre o modelo de transferência. Nas redes sociais, o Palácio do Planalto chegou a bradar que "o Pix é nosso, my friend" e que "parece que nosso Pix vem causando um ciúme danado lá fora", enquanto Lula disse em pronunciamento que não aceitará ataques a esse "patrimônio do nosso povo". Agora, petistas se organizam em grupos para reforçar a narrativa na arena digital.

Em meados de janeiro, a distorção de uma medida da **Receita Federal** que envolvia o Pix virou uma dor de cabeça para Lula, com acusações de que ele queria taxar a ferramenta. Com engajamento superlativo, o famoso vídeo do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) foi o epicentro da disputa e do emparedamento do presidente, que colocou em curso nas últimas semanas uma campanha para exaltar o Pix.

Como adiantou o colunista Lauro Jardim, do GLOBO, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) planeja apostar na defesa do modelo de transferência como uma das bandeiras da gestão. O movimento se dá na esteira do discurso de soberania nacional reforçado por Lula desde que Trump começou a ameaçar o país com tarifas e sanções.

O mapeamento de grupos de WhatsApp formados por aliados do governo para alinhar a estratégia de guerra digital mostra que, nos últimos dias, o apoio ao Pix ganhou tração. "Atenção para a missão! Tá rolando um post importante sobre a tentativa dos EUA de pressionar o Brasil E sabemos que o alvo da vez é o Pix. Sim, o nosso Pix!", convocou uma coordenadora na semana passada.

A mensagem continha o link de uma publicação do Instagram oficial do governo que defendia a negociação de outros tópicos com o governo americano, mas sem dar margem para qualquer mudança no Pix: "Seguimos buscando todos os canais e não vamos desistir de negociar com os Estados Unidos para evitar a tarifa de 50% anunciada sobre nossos produtos. É legítimo e desejável que países

soberanos debatam questões comerciais. Mas se o problema for o Pix... No way", diz o texto. "Ele é um orgulho nacional, um exemplo para o mundo e vai continuar exatamente do jeitinho dele: gratuito, seguro e ajudando o povo brasileiro a tocar a vida."

Criado por figuras do PT a fim de concentrar apoiadores do governo, o chamado Clube de Influência do Lula deu início, no mês passado, a um método mais organizado de comunicação nas redes. Nos grupos, a mobilização voltada para o Pix foi batizada de "Defenda o Pix, defenda o Brasil".

Nos dois primeiros dias depois do anúncio da investigação comercial contra o Brasil, 15 e 16 de julho, as hashtags "Pix é do Brasil" e "BolsoTrump" tiveram 173 mil menções no X, distribuídas por 22 mil perfis, segundo levantamento da plataforma Brandwatch. Desse montante, no entanto, 50% ficaram concentrados em mil perfis -que chegaram a postar mais de 300 vezes por hora, num indício de comportamento automatizado, não orgânico.

ADESÃO À FERRAMENTA

Pesquisa Radar Febraban de setembro do ano passado, feita pelo Ipespe, identificou que o Pix é aprovado por 95% dos brasileiros e tem a melhor nota entre todos os meios de pagamento testados - à frente, em ordem, dos cartões de débito e crédito, das transferências TED e do cheque bancário.

Professor da UFRJ, o cientista político Josué Medeiros é da tese de que o movimento de Trump contra o Brasil entregou a Lula a prerrogativa de valorizar os símbolos nacionais - e o Pix entrou no pacote.

-O principal apelo do Pix é que ele é seguro e fácil para a dinâmica da nossa economia popular. É uma mão na roda. Quando teve a crise do Pix, o problema do governo não foram as fake news em si, embora tivesse também. O centro da preocupação das pessoas era mexer na dinâmica, que é simples - afirma.

Os números de utilização do Pix no país são impressionantes, como evidencia pesquisa do Google divulgada este mês. Em 2019, 43% dos brasileiros usavam dinheiro físico, percentual que caiu para 6% no ano passado. Em vigor desde 2020, o método

digital de pagamento já foi usado por 93% da população adulta, sendo o mais frequente para 62%. Dentro do universo de dependentes da ferramenta, há os empreendedores, segmento sempre apontado como dificuldade para o PT.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

INSS vai reembolsar 1,1 mi de aposentados até quarta

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) confirmou que realizará, até esta quarta-feira, o pagamento de valores integralmente corrigidos a 1,147 milhão de aposentados e pensionistas vítimas de fraudes em descontos associativos.

Os depósitos começaram em 24 de julho e estão sendo feitos em lotes diários, seguindo a ordem cronológica de adesão ao acordo firmado para restituição de descontos indevidos.

Até a última sexta, 1,248 milhão de beneficiários já haviam aderido ao plano de ressarcimento, de um total de 2,295 milhões com direito à restituição.

Os valores são pagos de forma integral, corrigidos pela **inflação** (IPCA) e depositados diretamente na conta em que o benefício é pago.

O prazo para adesão ao acordo vai até 14 de novembro. Poderão participar beneficiários que contestaram descontos não autorizados realizados entre março de 2020 e março de 2025, desde que não tenham recebido resposta da entidade associativa envolvida no prazo de até 15 dias úteis. A adesão é gratuita, não requer envio de documentos e pode ser feita por meio do aplicativo ou site Meu **INSS**, além das agências dos Correios.

O presidente do **INSS**, Gilberto Waller, destacou que o cronograma prevê a conclusão dos pagamentos para o primeiro grupo de 1,147 milhão de segurados até 30 de julho. "Não queremos deixar nenhum aposentado para trás. Por isso estamos aumentando a forma de comunicação por vários meios: pelo aplicativo do meu **INSS**; por avisos nas instituições financeiras. O banco já avisa no seu extrato sobre a possibilidade de você pode aderir, a esse 1,1 milhão que ainda não aderiram", afirmou.

O acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e é resultado de articulação conjunta entre o Ministério da **Previdência Social**, a Advocacia-Geral da União (AGU), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Ele permite a restituição dos valores de forma extrajudicial - ou seja, sem necessidade de ação na Justiça. Quem já acionou o Judiciário pode aderir ao

acordo e desistir da ação. Nesses casos, o **INSS** arcará com o pagamento de 5% de honorários advocatícios, desde que o processo tenha sido protocolado até 23 de abril de 2025.

Levantamento da AGU mostra que os descontos indevidos movimentaram bilhões de reais até abril de 2025. A cobrança irregular, feita por entidades sem autorização dos beneficiários, é alvo da operação "Sem Desconto", conduzida pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU). (AR)

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7630/28-07-2025.html?all=1>

Gastos da Previdência avançam no PIB (Editorial)

As despesas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que atingiram 2,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) depois da promulgação da Constituição de 1988, têm crescido continuamente nas últimas décadas e no ano passado já representavam 8% do **PIB**. A vinculação dos benefícios previdenciários ao salário mínimo, determinada pela Constituição, associada à política de valorização real (acima da **inflação**) do piso, adotada em governos do PT, é apontada com uma das principais causas para a expansão em um estudo do economista Fabio Giambiagi publicado neste mês pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O economista calculou que em 1997 - ano em que o piso previdenciário passou a se igualar ao salário mínimo - os gastos do **INSS** com aposentadorias de um salário mínimo representavam 1,15% do **PIB**. Já no ano passado, a participação foi de 3,1%. Em alguns anos foi até maior, chegando a 3,36% em 2017 e 3,35% em 2020. Para o cálculo, Giambiagi considerou apenas as aposentadorias, e não os auxílios assistenciais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - pagamento de um salário mínimo à população vulnerável acima de 65 anos e a deficientes, mesmo sem a contrapartida das contribuições para o **INSS**. O que significa que, no cômputo geral, o aumento do peso desses gastos é ainda mais relevante.

O estudo escancara a urgência - defendida com vigor por este jornal - de repensar a Previdência, para avançar em ganhos trazidos pela reforma de 2019, que, embora limitados, eram os possíveis naquela ocasião. Uma nova reforma, corrigindo distorções, terá a dupla responsabilidade de garantir a própria sobrevivência do sistema previdenciário e de abrir caminho para o atingimento do equilíbrio das contas públicas.

Em maio, levantamento da Associação Comercial de São Paulo em parceria com a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (Cacb), publicado pelo Estadão/ Broadcast, identificou que 60% dos gastos públicos do governo federal referem-se à **Previdência Social** e a despesas com pessoal e encargos sociais. Os dados do mapeamento, coletados a partir de informações públicas da Secretaria do Tesouro Nacional, são agrupados em uma plataforma online intitulada "Gasto

Brasil", que mostra que o gasto com Previdência neste ano já passa de R\$ 800 bilhões.

A necessidade de uma nova reforma é praticamente um consenso diante de fatores demográficos, como o aumento da expectativa de vida, o envelhecimento da população brasileira e a queda na taxa de natalidade, além das mudanças recentes no mercado de trabalho que levaram ao aumento da informalidade.

O próprio secretário do Tesouro, Rogério Ceron, reconheceu, em entrevista em fevereiro deste ano, que é inevitável o encaminhamento de uma nova reforma.

A questão é quando.

Giambiagi sugere o ano de 2027, por ser o primeiro da próxima gestão, considerando o capital político que governos recém-eleitos tradicionalmente desfrutam para discutir questões impopulares, como certamente é o tema das aposentadorias.

Mas trata-se de compromisso improrrogável diante da tendência crescente das despesas do **INSS** como proporção do **PIB**. Para isso contribuíram o baixo crescimento da economia e regras que permitiram aposentadorias precoces, na faixa dos 50 anos de idade, ao longo de décadas.

Mas, a partir da estabilização da economia, com o Plano Real, o salário mínimo acumulou nada menos do que 189% de alta, sobretudo como consequência de políticas de aumento acima da **inflação**.

Como o mínimo corresponde também ao piso previdenciário, o efeito é uma disparada nas contas fiscais. Se o reajuste do salário mínimo estivesse atrelado a um aumento de produtividade na economia, ou se a elevação das aposentadorias se desse somente para repor perdas inflacionárias, certamente o rombo seria menor.

Está claro que as discussões sobre a urgente reforma previdenciária não virão deste governo. Mas Lula da Silva e o PT poderiam prestar um grande serviço ao País se ao menos aceitassem a ideia de discutir a desvinculação de parte dos benefícios previdenciários do salário mínimo

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Plano contra tarifa busca mitigar efeito sobre atividade

**Estevão Taiar, Fernando Exman, Sofia Aguiar e
Guilherme Pimenta**

Faltando quatro dias para vigorar a tarifa de 50% sobre exportações brasileiras para os Estados Unidos e com negociações emperradas, o governo federal trabalha com um pacote para diminuir possíveis impactos sobre o Produto Interno Bruto (**PIB**). O plano, que ainda será chancelado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), deverá envolver crédito subsidiado e medidas de manutenção de emprego e dará destaque para pequenas e médias empresas. A tarifa está prevista para entrar em vigor na sexta-feira (1).

O governo federal vem calculando nos últimos dias os impactos que a tarifa poderá ter sobre as principais variáveis econômicas do Brasil. Para um técnico, a tendência é pressionar para baixo não apenas a atividade, mas também a **inflação**. Esse viés negativo para a trajetória de preços viria tanto por meio de um desempenho mais fraco do **PIB** quanto pela maior disponibilidade de produtos dentro do Brasil, já que as exportações para os Estados Unidos diminuiriam. Outro técnico afirma que o impacto setorial poderá ser um problema, mas que a tendência é que o efeito sobre a economia como um todo seja marginal.

O cenário econômico ainda é, no entanto, considerado altamente incerto pela ala técnica. O motivo são as dúvidas a respeito do comportamento de variáveis como câmbio, reação do mercado e tipos de retaliação adotada contra os Estados Unidos e do próprio apoio, por parte do governo federal, a setores afetados.

"Nem as enchentes do ano passado no Rio Grande do Sul conseguiram desacelerar muito o **PIB**", diz um dos técnicos. Na ocasião, o governo federal implantou uma série de medidas de recuperação econômica para o Estado, que envolveram o pagamento de salários por parte da União para que as empresas mantivessem funcionários e linhas emergências de crédito para empresas. Também foram disponibilizados recursos para, por exemplo, reconstrução de residências e enfrentamento das consequências socioambientais. O governo federal afirmou na ocasião que o impacto primário total seria de R\$ 7,7 bilhões, que ficariam fora da meta fiscal.

No caso do plano de contingência preparado para a tarifa, um dos aspectos deverá ser um recorte pelo

tamanho das empresas. Segundo o Valor apurou, há uma preocupação no Palácio do Planalto com o fato de muitas pequenas e médias companhias exportarem para o mercado americano e empregarem um número considerável de trabalhadores. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), 2.043 microempresas brasileiras e microempreendedores individuais venderam bens para os Estados Unidos no ano passado e 1.448,

"Plano não necessariamente vai implicar gasto primário" Fernando Haddad para a União Européia. No caso das empresas de pequeno porte, 1.608 exportaram para os Estados Unidos e 1.272, para o bloco europeu. Já entre as médias e grandes companhias a divisão é mais equilibrada, com 5.903 vendendo para os Estados Unidos e 5.875 para a União Européia.

Outras frentes do plano são medidas para garantir a manutenção de empregos e a concessão de crédito subsidiado para empresas e setores mais afetados. Estiveram envolvidos nas tratativas em um primeiro momento os ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, do Planejamento e Orçamento e do Trabalho e Emprego.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o plano "não necessariamente vai implicar gasto primário". "No caso do Rio Grande do Sul, a menor parte do investimento para recuperar a economia gaúcha foi gasto primário, e a maior foi justamente o apoio às empresas afetadas", disse em entrevista à rádio CBN.

Além disso, Lula sancionará hoje em cerimônia no Palácio do Planalto o Acredita Exportação. Embora não faça parte oficialmente do plano de contingência, o programa reembolsará para micro e pequenas empresas 3% das receitas com vendas para o exterior. Segundo o Mdic, esse montante "correspondente à parcela dos **tributos** pagos ao longo da cadeia produtiva" por essas empresas. O programa foi apresentado pelo próprio Mdic e pelo Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte em outubro de 2024, sendo aprovado pelo Congresso no começo deste mês, antes do anúncio de Trump.

Em outra frente, o Brasil seguirá tentando negociar

com o governo americano. As conversas até aqui pouco têm avançado. Como forma de se mostrar aberto às tratativas e destacar o diálogo construído com empresas do Brasil e dos Estados Unidos, o governo Lula fará, nos próximos dias, declarações diárias à imprensa em horário pré-aleitador. A estratégia também tem o objetivo de mobilizar a opinião pública para driblar possíveis críticas à condução do governo federal, destacando o esforço feito. Até agora, o vice-presidente e titular do Mdic, Geraldo Alckmin, já recebeu mais de cem empresários para discutir impactos da tarifa.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188277>

Retaliação "olho por olho" traria perda ao PIB

Anais Fernandes

O Brasil poderia se beneficiar com uma retaliação às tarifas dos Estados Unidos, caso o governo federal opte por esse caminho, que mudasse o foco da reciprocidade para uma maior abertura comercial, reduzindo as tarifas cobradas sobre produtos importados de outros países, mas não os americanos. É o que sugerem André Valério, coordenador de pesquisa macroeconômica do banco Inter, e seu assistente Gustavo Menezes.

Em um exercício anterior, o economista-chefe do Inter, Rafaela Vitória, analisou o impacto das tarifas dos EUA sobre a economia brasileira e concluiu que ele seria relativamente pequeno devido à baixa abertura comercial do Brasil e à menor exposição das exportações ao mercado americano. Uma hipótese importante implícita nessa análise é que o Brasil não retaliaria os EUA aumentando na mesma magnitude as tarifas sobre as importações que faz do país.

Até o momento, o governo diz que pretende solucionar o impasse por meio das vias diplomáticas, mas medidas retaliatórias têm sido citadas como um possível posicionamento, observam.

Como, diferentemente da relação com outras nações, os EUA têm superávit comercial com o Brasil - ou seja, o volume de vendas é maior do que o de compras -, a economia americana tenderia a ficar mais vulnerável a uma retaliação do governo brasileiro do que em outras negociações. O problema é que uma retaliação "olho por olho", isto é, impondo uma tarifa de 50% aos produtos adquiridos dos EUA, penalizaria também o Brasil.

"Tarifar essas importações pode gerar um efeito cascata por vários setores, particularmente na indústria, que é altamente dependente de insumos intermediários", afirmam Valério e Menezes no estudo.

Eles estimam, por meio de um modelo de equilíbrio geral, que a retaliação por reciprocidade impactaria o PIB negativamente em 0,17 ponto percentual (p.p.), além do efeito direto das próprias tarifas americanas nos produtos brasileiros.

Pode parecer um impacto pequeno no agregado, mas seria amplo: 56 dos 66 setores econômicos analisados

perderiam nesse cenário, com a indústria química e a de refino de petróleo sofrendo decréscimos em sua produção superiores a 6 p.p. cada, apontam os economistas. A indústria de transformação apresentaria redução de 2,1 pontos.

O efeito também seria significativo no setor de refino de açúcar (-3,8 p.p.), devido à dependência de transporte e combustíveis, que são impactados mais diretamente pela medida, dizem Valério e Menezes.

O resultado negativo sobre a produção tem relação com o choque tarifário que a medida geraria. A tarifa retaliatória se traduziria em um aumento efetivo de tributação de 3 p.p. para o setor da indústria química e de 2,5 p.p. para o de refino de petróleo, segundo os economistas do Inter. Mesmo para a agricultura haveria um aumento de impostos de 1,2 p.p., já que defensivos agrícolas seriam efetivamente tributados em 4,5 pontos. Com isso, a produção da agricultura perderia 3,4 p.p., e a fabricação de defensivos, 4,4 pontos.

O produto individualmente mais tributado seria o carvão mineral, para o qual a elevação das tarifas sobre importações dos EUA em 50 p.p. se traduziria em um imposto efetivo de 18,8 p.p. "Curiosamente, o setor doméstico de carvão - o mais protegido pelas tarifas - seria um dos mais prejudicados por causa da alta dependência de insumos químicos, enfatizando os possíveis danos que podem ser gerados por uma política de retaliação que não considera as nuances setoriais da economia", afirmam Valério e Menezes.

Na sequência, aparecem diversos produtos químicos - um aumento de 11,9 p.p. na tributação de inorgânicos e de 4 p.p. para orgânicos - e bens de capital, que, mesmo não sendo produtos cuja importação

"Exercício sugere que retaliação não seria abordagem benéfica ao país" André Valério mais depende dos EUA, contam com baixa disponibilidade de substitutos produzidos domesticamente. "Esse exercício sugere que a retaliação não seria uma abordagem benéfica ao país, justamente por aumentar as distorções da economia", afirmam os economistas.

Um cenário que não parece ser opção considerada pelo governo, dizem, é a retaliação pela redução das tarifas de importação de bens produzidos pelo resto do

mundo, mas mantendo as tarifas sobre os produtos americanos no patamar atual. Isso poderia gerar um redirecionamento de importações.

Um corte linear de 10 p.p. nas tarifas dos demais países, por exemplo, levaria a um incremento de 0,12 p.p. no **PIB** do Brasil, distribuído por 57 dos 66 setores analisados, estima o estudo. "Por exemplo, o setor de refino de petróleo é um dos mais prejudicados em caso de retaliação por reciprocidade, enquanto na retaliação alternativa, em que reduz os **impostos** de importação do resto do mundo, ele é um dos mais beneficiados, fator importante a se considerar na escolha da retaliação, se houver, uma vez que o setor de refino conta com elevada participação nas nossas exportações", afirmam.

Nesse cenário, a produção e refino de petróleo poderia ganhar 3,5 p.p., estima o trabalho, enquanto a fabricação de químicos avançaria 5,4 p.p. e o refino de açúcar e agricultura, 3 p.p. ou mais cada.

O maior alívio individual na tributação de um produto seria para componentes eletrônicos (-9,9 p.p.), seguido por produtos químicos, pescados, carvão e bens de capital diversos, "refletindo algumas diferenças entre o que o Brasil importa dos EUA e do resto do mundo", explicam Valério e Menezes.

Em termos setoriais, aqueles já mencionados entre os que enfrentariam o maior aumento de tributação com a retaliação recíproca também seriam os principais beneficiados de uma resposta alternativa. Além desses, os economistas destacam a redução na tributação proporcionada para a manufatura de vestuário, informática, automóveis e autopeças - os três últimos beneficiados exatamente pelo corte de tarifas nos componentes eletrônicos.

"As simulações mostram como as tarifas são distorcidas para a economia e sugerem que uma resposta mais benéfica seria justamente maior abertura ao comércio internacional", concluem os autores.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188277>

Precisamos de um Observatório Nacional dos Supersalários

Neste país dos privilégios, cansa repisar o mesmo tópico semana a semana, mas, diante da relutância dos políticos de incluírem a temática dos supersalários nas discussões da reforma administrativa, peço licença ao leitor para voltar com o meu samba de uma nota só.

Os dados mais atualizados do Conselho Nacional de Justiça revelam que 18.269 juízes e desembargadores brasileiros receberam em média R\$ 77.874,56 por mês em 2025, já descontados os **impostos** e as contribuições previdenciárias. Para os aposentados, o valor é um pouco mais baixo - R\$ 63.613,56 líquidos por mês.

Projetando a média de pagamentos para o ano inteiro, só no Poder Judiciário a despesa acima do teto representará R\$ 8,4 bilhões em 2025 - mas esse valor certamente será maior, pois a grande farra dos pagamentos extras se dá nos últimos meses do ano, consumindo as sobras orçamentárias.

No Ministério Público, cujo Conselho Nacional reluta em publicar os contracheques de todos os membros de forma consolidada, é de se esperar que a média seja equivalente, dada a paridade entre as carreiras de promotores e procuradores com a magistratura. Assim, numa regra de três simples com os contingentes das carreiras (são 13.600 membros do MP), teríamos um gasto extrateto de R\$ 6,4 bilhões.

De janeiro a julho deste ano, a União transferiu R\$2,8 bilhões para o conselho que administra os honorários dos advogados públicos. A se manter a média de pagamentos, até dezembro serão R\$ 4,8 bilhões - dinheiro que, mais dia menos dia, engordará as contas bancárias de menos de 12 mil advogados públicos (que já recebem em média mais de R\$ 30 mil mensais).

Vamos contar então: R\$ 8,4 bilhões dos juízes, R\$ 6,4 bilhões no Ministério Público e R\$ 4,8 bilhões dos advogados públicos federais. São R\$ 19,6 bilhões apropriados por uma casta de pouco mais de 40 mil doutas excelências - por ano!

Isso equivale a um decreto do aumento do IOF (previsão de R\$ 20 bilhões por ano), que onerará milhões de empresas e cidadãos que tomam empréstimo. Ou a mais de três vezes o valor desviado

das contas de milhões de velhinhos na fraude do **INSS** (R\$ 6,3 bilhões em cinco anos, segundo as investigações).

Mas isso é apenas o que temos mapeado. Diante da conveniente e conivente inoperância dos órgãos de controle federal, estadual e municipal (incluindo as controladorias gerais, os tribunais de contas e os ministérios públicos) em dar um panorama geral sobre a remuneração de servidores no Brasil, passa de hora de algum órgão da imprensa ou entidade da sociedade civil - de preferência um convênio entre eles - se habilitar a fazer um Observatório Nacional dos Supersalários.

As lacunas a serem preenchidas são inúmeras.

Além da caixa-preta dos ministérios públicos, desde janeiro, por exemplo, o Portal da Transparência do governo federal não publica quanto os servidores que atuam no exterior recebem em dólares - uma bolada que beneficia, sobretudo, diplomatas e militares. Há também pouquíssima transparência sobre a remuneração das estatais, dado o entendimento (a meu ver equivocado) de que seu regime jurídico privado as preserva do alcance das exigências de transparência e dos limites remuneratórios próprios do direito administrativo.

O Senado não publica a remuneração individualizada de seus servidores, desrespeitando há anos a Lei de Acesso à Informação.

Tampouco o Tribunal de Contas da União tem um painel de dados abertos que permita baixarem bloco a remuneração de seus integrantes.

Nos âmbitos estadual e municipal, então, o cenário é ainda pior. Levantamento feito pelo Sindifisco, o sindicato dos auditores da **Receita Federal**, mostra que seus colegas nos Estados têm remuneração bruta que chega a R\$ 79.216,36 (Pará) e R\$102.809,90 (Amazonas). Sem ampla transparência, não se pode identificar quanto desses valores é pago acima do teto.

Também paira grande dúvida sobre as formas de cálculo e os valores efetivamente pagos em honorários para advogados públicos e procuradores estaduais e municipais. E navegamos no escuro em relação às folhas de pagamento das Assembléias estaduais,

Câmaras municipais e tribunais de contas país adentro.

Somente com um amplo painel detalhado de todas as remunerações do setor público, em todos os níveis c Poicrcs, teremos condições de barrar as constantes tentativas de captura do orçamento público por essas carreiras poderosas.

É inacreditável como a pauta dos supersalários não é apropriada por nenhum partido político brasileiro. A indignação contra os pagamentos astronômicos para certas categorias dos três Poderes tem a capacidade de unir eleitores de esquerda - pelo lado da desigualdade-c de direita- pela dimensão dos gastos públicos. No entanto, ninguém se habilita a enfrentar os poderosos "membros de Poder" e as "carreiras típicas de Estado".

Da minha parte, prometo aos leitores que darei um tempo na temática dos supersalários. Existem muitas outras fontes de privilégios no Brasil, e minha intenção agora é explorar os benefícios indevidos do mundo empresarial.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188277>

Prejuízo bilionário à agricultura

A sobretaxa pode gerar um prejuízo estimado em US\$ 5,8 bilhões para a agroindústria nacional, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Os setores mais afetados incluem a indústria de sucos, que pode perder US\$ 795 milhões caso as exportações sejam interrompidas, além das cadeias de carne bovina (US\$ 671 milhões), café (US\$ 481 milhões), açúcar de cana (US\$ 620 milhões) e etanol (US\$ 152 milhões).

A carne bovina de Goiás, que responde por cerca de 25% das exportações do estado, enfrenta impacto direto com a tarifa. Em resposta, frigoríficos goianos já iniciaram a suspensão dos embarques ao mercado americano.

Ciente dos riscos, o governo de Goiás intensificou esforços para diversificar a pauta de exportações.

A Secretaria de Agricultura destacou missões internacionais, incluindo ao Japão, como parte de uma estratégia para abrir novos mercados e reduzir a dependência dos EUA.

A reação do Brasil ao tarifaço americano ainda é incerta.

A Federação das Indústrias de Minas Gerais estima que, caso o Brasil aplique uma retaliação na mesma intensidade, o impacto no **PIB** pode chegar a R\$ 259 bilhões em dez anos, com a perda de 1,9 milhão de empregos.

"O que vemos é um recrudescimento global do protecionismo", avalia o economista Maurício F.

Bento, professor de Economia Internacional na Hayek Global College. "Historicamente, os EUA foram promotores do livre comércio, mas agora caminham na direção oposta. Isso sinaliza uma deterioração nas relações bilaterais e ameaça a estabilidade da ordem liberal global", destaca.

Para o especialista, a medida do presidente Trump pode empurrar o Brasil para uma aproximação ainda maior com a China. "Já somos parceiros comerciais. Um conflito com os EUA pode aprofundar essa aliança, o que não é do interesse dos americanos", diz Bento.

Enquanto isso, no DF, a Secretaria de Economia

segue monitorando o cenário. Técnicos do órgão afirmam que ainda é cedo para mensurar o impacto exato da medida, uma vez que há chance de negociação entre os governos para reduzir as tarifas antes de entrarem em vigor em 1º de agosto.

**

O DF exportou cerca de US\$ 7,8 milhões para o mercado norteamericano.

Entre os setores mais sensíveis à medida anunciada por Donald Trump estão alimentos e bebidas, óleos não alimentícios, vestuário e derivados de petróleo, com destaque para itens como pães, farinhas e roupas, segundo a Federação das Indústrias do DF (Fibra)

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18916>

Inflação de serviços é pressionada pela nova face da economia

MÁRCIA DE CHIARA

A disparada de preços dos alimentos dominou a discussão sobre a **inflação** nos últimos meses e, para os especialistas, não foi dada muita atenção aos aumentos de preços dos serviços.

Com perda recente da força da alta dos alimentos, os serviços ganham protagonismo.

"Agora, com o arrefecimento de alimentos, o principal ponto vai ser a **inflação** de serviços", diz o economista Guilherme Moreira, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Em 12 meses até junho, a **inflação** de serviços acumula alta de 6,18%, segundo o IPCA do IBGE. É a maior marca desde dezembro de 2024 (6,22%) e está quase um ponto porcentual acima da **inflação** geral. De maio para junho, a **inflação** de serviços deu um salto e mais que dobrou: foi de 0,18% para 0,40%. No acumulado em 12 meses, também avançou. Estava em 5,8%, em maio, e atingiu 6,18% em junho.

"Há uma resistência na **inflação** de serviços diferente do que a gente estava acostumado a ver, menos óbvia", observa Tatiana Pinheiro, economistacheefe da Galapagos Capital.

Nas contas da economista, os serviços intensivos em mão de obra, que reúnem os preços de manicure, cabeleireiro, eletricista, entre outros, acumulam alta de 5,93% em 12 meses até junho. O resultado está acima da média da **inflação** cheia para o período (5,35%).

Na análise de Tatiana, esses números mostram que a **inflação** de serviços intensivos em mão de obra está pesando e poderia estar mais pressionada por conta do vigor do mercado de trabalho. Mas os dados indicam que os outros serviços que estavam fora da rotina das pessoas, como aluguel de carro e transporte por aplicativos, estão bastante pressionados.

"Tem uma nova economia, que se intensificou depois da pandemia, muito pautada pelo e-commerce, delivery, que tem impacto na demanda agregada e que está apertando os serviços de forma diferente, com efeitos em cascata", ressalta a Tatiana.

Para Fabio Romão, da LCA 4intelligence, o perfil do consumidor mudou muito e isso tem reflexos na demanda e na **inflação** de serviços. Ele lembra que, normalmente, o transporte por aplicativo tinha pico de reajuste no final de cada ano.

"Foi uma surpresa o reajuste em meados de 2025." Foi exatamente surpresa que o cabeleireiro Raul Aguilera, de 42 anos, que mora na Penha, zona leste, e trabalha em Pinheiros, zona oeste, sentiu quando constatou a alta de preços dos aplicativos de transporte.

Até janeiro, ele usava transporte por aplicativo três vezes na semana para ir para casa, nos dias em que saía tarde do serviço. Gastava entre R\$ 40 e R\$ 45 a cada corrida.

Hoje, reduziu o uso do aplicativo a uma vez na semana, só quando está muito cansado para voltar para casa de metrô. O motivo foi a alta de preço da corrida, que varia hoje entre R\$ 60 e R\$ 68. "Só vou quando estou no limite, senão não dá, acabo trabalhando apenas para pagar aplicativo", diz ele.

APLICATIVOS. A Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que reúne nove empresas de aplicativos, informa, em nota, que "o preço das viagens é influenciado por fatores como tempo e distância dos deslocamentos, categoria do veículo escolhido, nível de demanda por corridas no horário e local específicos, entre outros". "A depender desses fatores, os valores podem ter variação dinâmica e alinhados com as estratégias comerciais de cada plataforma para manter o equilíbrio e a competitividade no mercado no qual atuam", diz.

A mudança de comportamento do consumidor no uso de novos serviços que sancionam os reajustes de preços por conta da demanda aquecida também tem desdobramentos sobre os prestadores de serviços, por exemplo. Isto é, aquelas pessoas que alugam um carro para trabalhar como motorista de aplicativo. "Acaba sendo uma alternativa para quem perdeu o emprego e não consegue se recolocar", diz Romão.

Segundo o IPCA, a locação de veículos para pessoas físicas teve reajuste de 2,62% em maio e 5,45% em junho. Em 12 meses até junho, a alta é de 16,13%.

Marco Aurélio Nazaré, presidente da Associação

Brasileira das Locadoras de Veículos (Abla), atribuiu o aumento do valor da locação de veículos à alta de custos do setor, como o preço dos carros, das peças de reposição e da taxa de juros. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Eventos no semestre ajudam setor a crescer acima do PIB

Luana Dandara e Bianca Guilherme De São Paulo

O setor de eventos deve encerrar o ano com crescimento acima do projetado para o Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional, apoiado em shows de música, feiras e convenções. Até março o setor crescia a uma taxa anualizada acima de 4%, cerca de o dobro do ritmo esperado para a economia do país.

O **PIB** de "outras atividades de serviços", que engloba os eventos, cresceu 4,6% nos 12 meses encerrados em março. Em maio, o segmento somava 331.987 empregos formais - 74,6% acima do nível pré-pandemia, enquanto o emprego total no Brasil cresceu 21,9% no mesmo período, segundo a Associação Brasileira de Promotores de Eventos (Abrape).

A entidade informa que entre janeiro e maio deste ano, o setor de eventos movimentou R\$ 57,8 bilhões em consumo, o maior valor para o período desde o início da série histórica, em 2019, com alta de 3,3% em relação ao mesmo período de 2024.

Apesar do avanço, o setor deve ficar abaixo da previsão feita pela própria Abrape no fim de 2024: aumento de 8,4% no consumo em relação ao ano anterior. O fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) é apontado como principal fator para o ajuste. Criado em 2021 para permitir o parcelamento de dívidas tributárias e bancárias acumuladas durante a pandemia, o programa foi encerrado em março deste ano. "O Persedeu fôlego para o setor investir em novas estruturas, turnês e contratações. Sem ele, as empresas precisarão ser mais conservadoras em seus planos, o que tende a moderar o crescimento", diz o presidente da Abrape, Doreni Caramori.

Para a Associação de Marketing Promocional (Ampro), a demanda por experiências presenciais continua em alta, mas com formatos que maximizem resultados pois os orçamentos estão mais controlados. "É um setor que cresce, mas com margens apertadas. Há aumento no número de ações e na procura por experiências presenciais, mas os orçamentos seguem controlados", diz a presidente executiva Heloisa Santana.

O calendário do segundo semestre traz uma diversidade de eventos que movimentam público e

patrocínios, ainda que em número menor do que em 2024. Levantamento do Mapa de Festivais indica que, até julho, estão confirmados 247 eventos para este ano, sendo 223 festivais de música e 24 turnês internacionais. Podendo chegar a cerca de 300. Em 2024 foram 364.

Entre os destaques deste ano estão o The Town, Tomorrowland Brasil, o retorno do Oásis ao país após 15 anos e shows de Dua Li-pa, Guns N' Roses e Imagine Dragons, além de eventos esportivos como o Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1 e a segunda edição da NR no Brasil.

The Town, agendado para setembro, conta com mais de 40 marcas patrocinadoras e projeta um impacto econômico superior a R\$ 2 bilhões na capital paulista, com geração de 25 mil empregos diretos. "As marcas deixaram de buscar apenas exposição, e também se tornaram atrações no festival", diz Luis Justo, CEO da Rock World, organizadora do The Town.

A Cif, marca de limpeza da Uni-lever, por exemplo, montará uma instalação interativa em formato de tênis gigante. A ideia é gerar repercussão em redes sociais e conectar-se a um público jovem a partir do mote "a sujeira sai, mas as histórias ficam".

Marcado para novembro, o Grande Prêmio de Fórmula 1 de São Paulo terá o piloto brasileiro Gabriel Bortoletto. Em 2019, o evento recebeu um público de 158 mil pessoas. No ano passado, foi de 291 mil, com uma movimentação econômica de R\$ 1,96 bilhão. A audiência também se diversificou: a idade média caiu de 44 para 35 anos, sendo um terço do público com até 29 anos. Segundo Alan Adler, CEO do C.P, essa mudança fortalece a corrida como plataforma de negócios, reunindo cerca de 400 empresas em ativações e hospitalidade, que respondem por 45% da receita do evento.

A NR, que retorna ao país em 5 de setembro para o jogo entre Kansas City Chiefs e Los Angeles Chargers, em São Paulo, já movimentou campanhas. Patrocinadora global da liga de futebol americano, a operadora de cartão de crédito Visa lançou, na semana passada, uma ação criada pela agência VML para sortear ingressos, incluindo instalações interativas na estação Corinthians-Itaquera, informou a vice-presidente de marketing da Visa no Brasil, Carla

Mita.

A demanda pelo entretenimento ao vivo também se reflete no mercado de ingressos. Desde que começou a operar no país, em 2023, a Ticketmaster, controlada pela Live Nation, passou de 600 para 2 mil eventos cadastrados em 2025, aumento de 230% no período, e um crescimento acima de dois dígitos em receita. "O segundo semestre concentra os shows internacionais, e quando o público vê que é uma oportunidade única, a decisão de compra é imediata", diz o diretor executivo da Ticketmaster, Donovan Ferreti.

Para além dos grandes centros, a programação do semestre conta com festas regionais. A Atnbev vincula diferentes rótulos do portfólio a esses circuitos: a Brahma estará presente na Festa do Peão de Barretos, que chega aos 70 anos em 2025, e no Jaguariú-na Rodeo Festival, enquanto a Spaten marca presença na Oktoberfest de Blumenau. A empresa ainda aposta em iniciativas pró-

prias como o Spaten Fight Night, ligado ao universo das lutas. "É mais do que um patrocínio por si só, buscamos fazer parte das paixões dos brasileiros e criar conexões verdadeiras", diz o diretor de eventos e experiências da Am-bev, Leandro Mendonça.

Por conta da realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em novembro, Belém receberá, pelo menos, dois eventos paralelos voltados à cultura e ao engajamento ambiental. O Banco do Brasil promoverá, em 12 de novembro, o "Global Citizen Festival: Amazônia", com shows de Gaby Amarantos, Anitta e Seu Jorge e a participação do cacique Raoni Metuktire.

"Os ingressos serão sorteados gratuitamente para a população paraense, mediante o engajamento em causas sociais e ambientais na plataforma do festival, e clientes dos cartões BB contam com benefícios exclusivos", diz a diretora de marketing e comunicação do BB, Paula Sayão.

A Rock World organiza, por sua vez, o "Amazônia Para Sempre", patrocinado pela Vale, que será transmitido pela TV Globo e terá show de Mariah Carey em um palco flutuante no Rio Guamá. O projeto inclui um edital privado de R\$ 2 milhões, aberto de 4 a 10 de outubro, para incentivar a participação de povos e comunidades locais em iniciativas ligadas à bioeconomia que integrarão o festival.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250728>

XP Private capta R\$ 18 bi no primeiro semestre

Adriana Cotias De São Paulo

O segmento dedicado a grandes fortunas na XP atraiu no primeiro semestre R\$ 18 bilhões em dinheiro novo, uma captação recorde para o negócio, segundo Cesar Chicayban, CEO da XP Private Bank. O total de ativos sob custódia chegou a R\$ 255 bilhões ao fim de junho, após um período de certa estagnação da carteira.

"A gente vive um ciclo no Brasil muito difícil para os ativos de risco, de pouca criação patrimonial, em que os ativos atrelados ao CDI prevaleceram nas carteiras dos clientes em detrimento de outros ativos que não tiveram um resultado acima do CDI", diz Chicayban, numa pausa entre agendas durante a Expert XP. "Acho que esse foi um ciclo mais desafiador para a gestão de dinheiro de terceiros. Se-lic a 15% provoca um nível de aversão a risco no investidor muito grande e uma tendência a concentrar portfólios em Selic, cm CDI."

O executivo diz ser compreensível esse posicionamento, mas lembra que o Brasil teve exemplos históricos de que a Selic não protegeu o investidor, como na pandemia de covid-19, em 2020, quando a taxa caiu a 2% ao ano e a **inflação** foi a 10%. "A gente acredita na disciplina de alocação. Os investidores precisam ter Selic, pós-fixados, mas têm que ter **inflação** no seu portfólio, uma alocação internacional, precisam estar alocados em bolsa e em ativos alternativos", diz Chicayban. "A combinação desses ativos num horizonte mais longo, no fundo, é o que traz o retorno e a proteção patrimonial que o investidor está buscando."

Chicayban evita falar em metas de curto prazo, e se no passo atual poderia encerrar 2025 com cerca de R\$ 300 bilhões. Mas na projeção da XP de conquistar 20% do mercado de investimentos até 2033, o private bank vai dar a sua contribuição. Ele calcula que a sua parcela nesse bolo significaria reunir algo entre R\$ 550 e R\$ 600 bilhões, considerando-se que o mercado private como um todo vai crescer.

O seu mandato, iniciado há um ano e quatro meses, prevê uma maior interseção entre a atividade de gestão de fortunas, propriamente, com as áreas corporate e de banco de investimento - um desafio para os "bancões" tradicionais, no Brasil ou no

exterior.

"Eu cheguei aqui com a ideia de que o private banking da XP era um negócio razoavelmente maduro de investimentos em grandes clientes. Mas acredito que esse cliente está buscando por um aconselhamento muito mais am-

pio, que envolve a pessoa física e suas empresas, não só a família, os dois lados do seu balanço, o ativo e o passivo, tanto no Brasil quanto no exterior", diz. "Isso inclui ajudá-los a fomentar seus negócios, a comprar negócios, a se Financiar, a sair dos seus negócios em parceria com o banco de investimentos. O "cross sell" dentro do banco de atacado é parte das ferramentas que a gente tem à disposição para entregar essa proposta de valor."

Para fazer tal estratégia se concretizar, a XP tem investido em treinamento do "banker", tanto o que faz o atendimento direto quanto o da rede de assessorias externas. Um exemplo, cita, é a capacitação em estratégias de monetização de posições concentradas de ações, uma conversa que inclui o private bank, a área de mercado de capitais e, eventualmente, o banco de investimentos.

"O controlador de uma companhia aberta com ações listadas em bolsa tem a oportunidade de ver suas ações como uma conta corrente potencialmente líquida, que pode ser monetizada conforme a sua visão em relação ao preço da ação ou a sua necessidade."

Foi com esse tipo de aproximação, acrescenta, que a XP conseguiu estreitar relacionamento com controladores de empresas listadas e ajudá-lo em estratégias de hedge, de monetização das ações por meio da venda organizada em "block trades", na geração de "funding" para aquisição de empresas, de ativos financeiros ou imobiliários.

Os resultados começam a aparecer, segundo Chicayban, com grandes clientes iniciando um relacionamento pela primeira vez com a XP e trazendo dinheiro novo para a plataforma. A carteira de crédito em um ano dobrou, "ajudando famílias a administrarem seu patrimônio de forma mais ampla, conectando a operação internacional com a local".

Outra linha de ataque é a atividade de "multifamily office", em que a custódia dos ativos não está necessariamente na instituição e a receita vem pelo aconselhamento financeiro puro. Nessa vertical, a companhia reúne R\$ 17 bilhões.

Mesmo com a recente criação do imposto sobre operações financeiras (IOF) de 5% para aportes acima de R\$ 300 mil neste ano - e R\$ 600 mil a partir de 2026 - em planos do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), Chicayban avalia que a previdência privada seguirá como um dos principais veículos de planejamento patrimonial das famílias ricas. "Os clientes em geral estão preocupados, confusos, ansiosos com todas as mudanças que estão acontecendo", diz.

Ele descreve que as famílias têm buscado respostas sobre como proteger o patrimônio, estruturando-o de forma adequada, e organizar a sucessão à luz da legislação atual e daquilo que pode ser no futuro. Outra preocupação é com a eficiência tributária do portfólio, uma análise que nunca é estática diante das mudanças frequentes.

"A previdência ainda é um excelente veículo de planejamento patrimonial, de diferimento de imposto, de sucessão", afirma o CEO da XP Private. "Você pode manter recursos ali por 30,40,60 anos sem pagar o imposto enquanto esse ativo estiver investido. Num país de juro alto como o Brasil, o diferimento ao longo do tempo pode ter um impacto muito maior do que qualquer IOF na entrada do produto." A alíquota regressiva (que cai a 10% após dez anos), acrescenta, é um belo benefício, bem como a possibilidade de transmitir aquele ativo para a geração seguinte sem ter de arcar com o ITCMD.

A orientação é acompanhar o noticiário e as medidas provisórias atentamente, mantendo-se conectado com os assessores. "Monte uma estratégia de longo prazo sem rompantes de curto prazo numa direção ou outra. Mas, acima de tudo, faça seu planejamento patrimonial. O maior risco da família e do investidor de grande patrimônio é não fazer o planejamento."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188277>